

A Câmara de Aljezur criticou quarta-feira a Autoridade Nacional do Medicamento (Infarmed) por ter autorizado a transferência da única farmácia existente na localidade de Odeceixe, para a sede do concelho, alegando que "estão em causa" os interesses da população, noticia a agência Lusa.



"Estou indignado com o Infarmed por ter autorizado a deslocalização da única farmácia de Odeceixe e já pedi a revogação da autorização", disse à Lusa o presidente da autarquia.

José Amarelinho observou que a "indignação não é contra o proprietário do estabelecimento que está a exercer o seu direito, mas sim contra a entidade com competência de decisão".

Com pouco mais de mil habitantes, a freguesia de Odeceixe fica situada a mais de 15 quilómetros de Aljezur, e é um dos locais mais procurados da Costa Vicentina durante o Verão, época em que chega a receber mais de cinco mil pessoas em permanência.

O presidente da Câmara de Aljezur classifica a decisão do Infarmed como "um desrespeito pela população", e contesta o actual regime jurídico que consagra o princípio da livre transferência de farmácias dentro do mesmo município.

"Lamentamos e condenamos que uma simples lei possa servir os interesses farmacêuticos, lesando gravemente o interesse de toda uma população", destacou Amarelinho.

O autarca exige a alteração "urgente" da lei que autoriza a livre deslocalização das farmácias, e defende a criação de uma comissão de análise dos processos de transferência que integre os municípios.

"As câmaras municipais devem ser ouvidas nesta matéria, porque conhecem a realidade dos seus concelhos e as necessidades das populações", observou.

Contactado pela agência Lusa, o proprietário da farmácia de Odeceixe confirmou o pedido de deslocalização, e justificou "que o mesmo se deveu à actual conjuntura económica do país e aos escassos serviços médicos" no concelho.

"Tenho uma actividade e postos de trabalho a manter. Apenas exerci um dos meus direitos", disse Rui Alves.

A farmácia de Odeceixe, adquirida pelo actual proprietário há cerca de quatro anos, foi uma das pioneiras em Portugal a disponibilizar a venda de medicamento por telefone e através do seu sítio na internet, e na implementação do serviço de entrega domiciliária gratuita.

"Além da internet, temos uma linha telefónica gratuita na qual as pessoas podem fazer as encomendas, e fazemos a entrega dos produtos, sem qualquer acréscimo no preço", observou.

Contactado quarta-feira pela Lusa, fonte do Infarmed remeteu uma resposta às acusações para quinta-feira.

2011-03-03 | 09:39